

REGISTROS PÚBLICOS E CONHECIMENTOS GERAIS

1. Analise as afirmativas a seguir de acordo com a Lei nº 6.015/73.

I. Nenhum sepultamento será feito sem certidão do oficial de registro do lugar do falecimento ou do lugar de residência do de cujus, quando o falecimento ocorrer em local diverso do seu domicílio, extraída após a lavratura do assento de óbito, em vista do atestado de médico, se houver no lugar, ou em caso contrário, de duas pessoas qualificadas que tiverem presenciado ou verificado a morte.

II. A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade policial.

III. Na impossibilidade de ser feito o registro dentro de 24 (vinte e quatro) horas do falecimento, pela distância ou qualquer outro motivo relevante, o assento será lavrado depois, com a maior urgência, e dentro do prazo de 15 (quinze) dias, que será ampliado em até 6 (seis) meses para os lugares distantes mais de 30 (trinta) quilômetros da sede do cartório.

IV. Antes de proceder ao assento de óbito de criança de menos de 1 (um) ano, o oficial verificará se houve registro de nascimento, que, em caso de falta, será previamente feito.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.**
- D) II e III, apenas.

2. No que tange ao Provimento nº 260/13 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais, assinale a afirmativa correta.

- A) Poderá ser emitida segunda via de certidão na Unidade Interligada.
- B) Será sempre respeitado o direito de opção do declarante por realizar o registro do nascimento no cartório da circunscrição de residência dos pais, ainda que não integre o sistema interligado.**
- C) O reconhecimento de filho por pessoa relativamente incapaz depende de assistência, sendo vedado o reconhecimento de filho por pessoa absolutamente incapaz perante o oficial de registro, ainda que representado legalmente, devendo ser objeto de procedimento judicial adequado.
- D) O requerimento de habilitação para o casamento será apresentado ao oficial de registro civil das pessoas naturais da circunscrição de residência de um dos pretendentes, firmado de próprio punho, ou por mandatário com poderes especiais, outorgados por procuração simples ou por instrumento público.

03. De acordo com o Provimento nº 260/13 da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais é correto afirmar:

- A) A averbação da sentença estrangeira de divórcio consensual qualificado, que, além da dissolução do matrimônio, envolva disposição sobre guarda de filhos, alimentos e/ou partilha de bens, independerá de prévia homologação pelo Superior Tribunal de Justiça.
- B) O registro, a averbação e a anotação de carta de sentença de divórcio ou de separação judicial oriunda de homologação de sentença estrangeira pelo Superior Tribunal de Justiça, ou a certidão de seu julgado, dependem de prévio cumprimento ou de execução em Juízo Federal.
- C) Havendo interesse em retomar o nome de solteiro, o interessado na averbação direta deverá demonstrar a existência de disposição expressa na sentença estrangeira, exceto quando a legislação estrangeira permitir a retomada, ou quando o interessado comprovar, por documento do registro civil estrangeiro, a alteração do nome.**

D) É indispensável a homologação pelo Superior Tribunal de Justiça no caso de sentença estrangeira de divórcio consensual simples ou puro, bem como de decisão não judicial de divórcio, que, pela lei brasileira, tem natureza jurisdicional, configurando hipótese de averbação direta perante o oficial de registro civil das pessoas naturais a partir de 18 de março de 2016.

4. Acerca de lavratura de escritura pública de divórcio ou inventário e partilha, considerando disposições do Código de Processo Civil (Lei nº 13.150/15) e da Resolução nº 35/2007, do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa correta.

A) A gratuidade prevista em lei para escritura de divórcio não pode ser aplicada quando as partes comparecem assistidas por advogado (e não por defensor público).

B) Para a lavratura de escritura pública de divórcio ou inventário e partilha, é livre a escolha do tabelião de notas, aplicando as regras de competência do Código de Processo Civil.

C) O companheiro que tenha direito à sucessão será parte na escritura pública de inventário e partilha, sendo suficiente para reconhecimento da união estável com o autor da herança (portanto, dispensável ação judicial para tanto) o consenso desse reconhecimento por todos os demais herdeiros do autor da herança.

D) As escrituras públicas de inventário e partilha, separação e divórcio consensuais, apenas quando homologadas judicialmente, são títulos hábeis para o registro civil e o registro imobiliário, para a transferência de bens e direitos, bem como para promoção de todos os atos necessários à materialização das transferências de bens e levantamento de valores (DETRAN, Junta Comercial, Registro Civil de Pessoas Jurídicas, instituições financeiras, companhias telefônicas, etc).

5. Considere o texto acerca da bibliografia de Leonardo da Vinci para responder à questão.

“Leonardo da Vinci teve a boa sorte de nascer fora do casamento. Caso contrário, provavelmente teria se tornado tabelião, assim como todo primogênito legítimo de sua família havia pelo menos cinco gerações.

As raízes de sua família remontam ao começo do século XIV, quando seu tataravô Michele atuava como tabelião no vilarejo de Vinci, nas colinas da Toscana, cerca de trinta quilômetros a oeste de Florença. Com o crescimento da economia mercantil italiana, os tabeliões cumpriam um importante papel ao legitimar acordos comerciais, vendas de terras, testamentos e elaborar outros documentos jurídicos em latim, frequentemente enfeitando o texto com referências históricas e floreios literários.

(...)

Embora algumas guildas aceitassem os filhos ilegítimos de seus integrantes, esse não era o caso da ‘Arte dei Giudici e Notai’, a venerável guilda de juízes e tabeliões fundada em 1197, que o pai de Leonardo integrava. ‘O tabelião cumpria os papéis de testemunha certificada e escrivão, escreveu Thomas Kuehn em ‘Illegitimacy in Renaissance Florence’. ‘Sua confiabilidade devia estar acima de qualquer suspeita. Ele tinha de ser alguém totalmente em sintonia com as regras da sociedade’.

(...)

Uma semana depois, Piero da Vinci (pai de Leonardo da Vinci) abandonou Caterina e o filho pequeno e voltou para Florença, onde, já na segunda-feira, retornou ao escritório a fim de atestar a autenticidade de documentos para os clientes.”

(Fonte: ISAACSON, Walter. Leonardo da Vinci. Ed. Intrínica, 2017.)

Coteje a Lei nº 8.935/1994 (Lei dos Notários e Registradores) com os trechos transcritos da obra citada e assinale a alternativa que contém algum princípio, norma, função ou competência do tabelião brasileiro consagrado na Lei e NÃO mencionado nos trechos da obra.

- A) Compete ao tabelião de notas autenticar cópias.
B) Compete ao tabelião de notas autenticar fatos e lavrar atas notariais.
C) Compete ao tabelião de notas lavrar escrituras públicas e testamentos públicos.
D) É dever do tabelião de notas proceder de forma a dignificar a função exercida, tanto nas atividades profissionais quanto na vida privada.

6. Acerca do ato de reconhecimento de firma, é correto afirmar que:

- A) No instrumento de contrato de fiança, é obrigatório o reconhecimento na modalidade “por autenticidade”.
B) O tabelião, além de confrontar as assinaturas (a do documento com a do cartão), deve analisar se o signatário possui de fato poderes de apresentar a pessoa jurídica em cujo nome firma o documento.
C) Mesmo para praticar o ato na modalidade “por autenticidade”, pode ser dispensado que o vendedor assine novamente o documento, quando ele comparece ao cartório portando esse documento já previamente assinado.
D) Pode ser reconhecida firma de menor, com 17 (dezessete) anos, não emancipado, não assistido, já que, no ato do reconhecimento de firma, o tabelião de notas é responsável unicamente pela análise da assinatura constante do documento a ele apresentado.

7. Acerca de testamento, assinale a alternativa correta.

- A) Segundo jurisprudência do STJ, não se pode mitigar a cláusula de inalienabilidade, mediante, por exemplo, autorização de venda do imóvel gravado, sob pena de afronta à vontade do testador.
B) Tendo três filhos, o testador pode dispor que deixa metade da herança a um desses filhos e pode gravá-la com cláusula de inalienabilidade, hipótese em que estará dispensado de declarar a justa causa para tanto.
C) O cego pode testar sob duas formas de testamento público: o testamento público propriamente (estritamente público); o testamento cerrado (forma de testamento público, em sentido lato, já que aprovado em cartório de notas).
D) Segundo jurisprudência do STJ, na hipótese de um testador que já tenha filho no momento do testamento e venha a ter outro filho, após o testamento, reconhecido por ele, essa superveniência de filho (sobrevivente ao autor da herança) deverá implicar rompimento geral do testamento, por disposição legal, espécie de revogação tácita pela superveniência de fato que retira a eficácia da disposição patrimonial.

8. Quanto ao Registro Civil de Pessoas Jurídicas, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- A) Serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública.
B) São registradas as sociedades civis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas,
C) Serão inscritos os atos constitutivos e os estatutos dos partidos políticos.
D) O registro civil de pessoa jurídica será feito no Livro A, Livro B e Livro C.

9. Quanto ao Registro de Títulos e Documentos, todas as assertivas estão corretas, EXCETO:

- A) Em tal serviço será feita a transcrição dos instrumentos particulares, para a prova das obrigações convencionais de qualquer valor.

B) Será feito o registro do penhor comum sobre coisas móveis; da caução de títulos de crédito pessoal e da dívida pública federal, estadual ou municipal, ou de Bolsa ao portador.

C) Será também feito o registro do contrato de parceria agrícola ou pecuária; do mandado judicial de renovação do contrato de arrendamento para sua vigência, quer entre as partes contratantes, quer em face de terceiros, sendo obrigatório o registro de quaisquer documentos, para sua conservação.

D) Para surtir efeitos em relação a terceiros, deverão ser registrados os contratos de locação de prédios, sem prejuízo do disposto do artigo 167, I, nº 3, da Lei nº 6.015/73 e os documentos decorrentes de depósitos, ou de cauções feitos em garantia de cumprimento de obrigações contratuais, ainda que em separado dos respectivos instrumentos.

10. Nos termos da Lei nº 8.935/94, assinale a alternativa correta:

A) Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, dentre eles escolhendo os substitutos, e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho.

B) Os notários e registradores têm direito de exercer opção, nos casos de desmembramento, desdobramento ou de extinção de sua serventia.

C) O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, salvo se ocupante de cargo em comissão.

D) O gerenciamento administrativo e financeiro dos serviços notariais e de registro é da responsabilidade do titular e do respectivo substituto, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, investimento e pessoal, cabendo-lhe estabelecer normas, condições e obrigações relativas à atribuição de funções e de remuneração de seus prepostos de modo a obter a melhor qualidade na prestação dos serviços.

11. De acordo com a Lei nº 6.015/73, o oficial retificará o registro, a averbação ou a anotação, de ofício ou a requerimento do interessado, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de prévia autorização judicial ou manifestação do Ministério Público, nos casos de:

I. Erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção.

II. Erro na transposição dos elementos constantes em ordens e mandados judiciais, termos ou requerimentos, bem como outros títulos a serem registrados, averbados ou anotados, e o documento utilizado para a referida averbação e/ou retificação ficará arquivado no registro no cartório.

III. Ausência de indicação do Município relativo ao nascimento ou naturalidade do registrado, nas hipóteses em que existir descrição precisa do endereço do local do nascimento, bem como elevação de Distrito a Município ou alteração de suas nomenclaturas por força de lei.

IV. Inexatidão da ordem cronológica e sucessiva referente à numeração do livro, da folha, da página, do termo, bem como da data do registro.

Estão corretas as afirmativas

A) I, II, III e IV.

B) I e II, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) II e III, apenas.

12. De acordo com a Lei nº 6.766/79, assinale a alternativa correta.

A) O lote poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.

- B) Aprovado o projeto de loteamento ou de desmembramento, o loteador deverá submetê-lo ao registro imobiliário dentro de 120 (cento e vinte) dias, sob pena de caducidade da aprovação.
- C) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei federal.
- D) No caso de lotes integrantes de condomínio de lotes, não poderão ser instituídas limitações administrativas e direitos reais sobre coisa alheia em benefício do poder público, da população em geral e da proteção da paisagem urbana, tais como servidões de passagem, usufrutos e restrições à construção de muros.

13. No que tange à Cédula de Crédito Bancário, Lei nº 10.931/04, assinale a alternativa correta.

- A) A Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior deverá ser emitida em moeda nacional.
- B) A Cédula de Crédito Bancário somente poderá ser emitida com garantia real ou fidejussória, cedularmente constituída.
- C) A instituição credora deve integrar o Sistema Financeiro Nacional, sendo admitida a emissão da Cédula de Crédito Bancário em favor de instituição domiciliada no exterior, desde que a obrigação esteja sujeita exclusivamente à lei e ao foro brasileiro.
- D) A Cédula de Crédito Bancário é título de crédito emitido, por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou de entidade a esta equiparada, representando ordem de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito, de qualquer modalidade.

14. O companheiro sobrevivente

- A) é herdeiro necessário.
- B) é herdeiro, aplicando-se-lhe a regra própria de sucessão do companheiro, distinta da sucessão entre cônjuges.
- C) não é herdeiro necessário, portanto, não tendo o autor da herança deixado descendente nem ascendente vivo, a herança será deferida ao colateral de até quarto grau, em prejuízo do companheiro sobrevivente.
- D) é herdeiro, mas não necessário, e, portanto, serão válidas e eficazes as disposições testamentárias do autor da herança que, mesmo não tendo deixado descendente nem ascendente, haja excluído o companheiro, por inteiro, da herança.

15. De acordo como a Lei nº 6.015/73, no registro civil das pessoas jurídicas serão matriculados(as)

- A) os jornais e revistas, excluindo as publicações nacionais e internacionais.
- B) as empresas que tenham por objeto o agenciamento de oficinas impressoras.
- C) as oficinas impressoras de quaisquer natureza, pertencentes exclusivamente a pessoas jurídicas.
- D) as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

16. Assinale a alternativa correta acerca de jurisprudência envolvendo serviço de notas e registros públicos.

- A) A convenção de condomínio aprovada, desde que lavrado e assinado o documento correspondente, tem eficácia *erga omnes* antes do registro no cartório devido.
- B) O registro em cartório de imóveis do compromisso de compra e venda de imóvel, em relação ao qual não foi lavrada escritura pública “definitiva”, é condição para ajuizamento de ação de adjudicação compulsória em face do promitente-vendedor.

C) A impugnação fundamentada e a dúvida sobre área de imóvel que requeiram produção de prova não impedirão retificação administrativa do registro, se o registrador de imóveis intimar o engenheiro que elaborou a planta e o memorial descritivo para esclarecer as objeções indicadas.

D) Segundo decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em julgamento sob a sistemática de recursos repetitivos, é válida a notificação realizada por cartório de registro de títulos e documentos, mediante remessa do documento de notificação, pelos Correios, a endereço localizado em município diverso da sede do cartório.

17. Sobre as Duplicatas e seu protesto, assinale a alternativa INCORRETA:

A) Para garantir o direito de regresso contra os endossantes e respectivos avalistas, a duplicata deve ser regularmente protestada dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de seu vencimento.

B) É competente para o protesto das duplicatas, o cartório da praça de pagamento constante do título, ou em sua falta, o do domicílio do sacado.

C) Para protesto, as duplicatas de prestação de serviços poderão ser recepcionadas por indicações, desde que apresentado documento comprobatório da prestação dos serviços, conforme dispõe o Provimento nº 260/CGJ/2013.

D) As duplicatas somente poderão ser protestadas por falta de aceite ou por falta de devolução antes do vencimento da obrigação.

18. Acerca das infrações disciplinares e das penalidades a que estão sujeitos notários e registradores, assinale a opção correta.

A) Quando for necessário, para a apuração de faltas imputadas a notário ou registrador, o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente; caso o juízo competente designe interventor para responder pela serventia durante o período de afastamento do titular, este perceberá dez por cento da renda líquida da serventia, devendo o restante ser depositado em conta bancária especial, com correção monetária. Absolvido o titular, receberá ele o montante dessa conta; se condenado, caberá esse montante ao interventor.

B) As penas relativas a infração disciplinar cometida na titularidade da serventia serão impostas pelo juízo competente, independentemente da ordem de graduação, conforme a gravidade do fato e o tempo de serviço do notário ou do registrador.

C) A pena de multa será aplicada em caso de reincidência ou de infração que configure falta grave.

D) Os notários e os oficiais de registro estão sujeitos, assegurado o amplo direito de defesa, às seguintes penas pelas infrações que praticarem: repreensão, multa, suspensão por noventa dias, prorrogável por mais trinta, e perda da delegação.

19. Sobre a autenticação de cópias, assinale a alternativa correta:

A) Para fins de autenticação, o título de eleitor deverá estar sempre acompanhado dos comprovantes de votação.

B) É vedada a autenticação de documento que esteja danificado ou que possua rasura que comprometa sua integridade.

C) Poderá ser autenticada cópia de outra cópia reprográfica, desde que esta esteja autenticada por Tabelião de Notas.

D) É vedada a autenticação de apenas uma ou algumas folhas da carteira de trabalho ou do passaporte.

20. São atos de averbação no registro de imóveis, EXCETO:

A) Os contratos de locação de prédios, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação da coisa locada.

B) O Termo de Securitização de créditos imobiliários, quando submetidos a regime fiduciário.

- C) A notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios de imóvel urbano.
- D) Das cédulas hipotecárias.

21. Acerca da Central Eletrônica de Protestos do Estado de Minas Gerais - CENPROT-MG, assinale a alternativa correta:

A) Compete ao IEPTB-MG manter em arquivo a comprovação das transmissões de dados, enviados pelos Tabeliães de Protesto e Oficiais de Registro de Distribuição, remetendo-os obrigatoriamente à Corregedoria-Geral de Justiça até o 5º dia útil do mês subsequente em que foram transmitidos.

B) A CENPROT-MG é integrada obrigatoriamente por todos os Tabeliães de Protesto de títulos e outros documentos de dívida e pelos Oficiais de Registro de Distribuição do Estado de Minas Gerais, os quais fornecerão, por meio eletrônico, em até 05 (cinco) dias úteis, os dados inerentes aos atos praticados.

C) Compete ao IEPTB-MG atuar preventivamente comunicando os Tabeliães de Protesto e Oficiais de Registro de Distribuição eventual inobservância dos prazos ou dos procedimentos operacionais relativos à CENPROT-MG, bem como, se não regularizada a situação, emitir relatórios, remetendo-os no prazo de 15 (quinze) dias da constatação, para acompanhamento e fiscalização pela Direção do Foro da respectiva comarca.

D) A CENPROT-MG funcionará por meio de aplicativos próprios, disponíveis na rede mundial de computadores - internet, em endereço eletrônico seguro, sendo mantidos, operados, gerenciados e publicados, gratuitamente, pelo IEPTB-MG, com aprovação do Conselho da Magistratura, após prévia homologação pela Corregedoria-Geral de Justiça.

22. Segundo a Lei nº 6.015/73 analise as afirmativas a seguir.

I. Apresentado o título ou o documento para registro ou averbação, serão anotados, no protocolo, a data de sua apresentação, sob o número de ordem que se seguir imediatamente, a natureza do instrumento, a espécie de lançamento a fazer (registro integral ou resumido, ou averbação), o nome do apresentante, reproduzindo-se as declarações relativas ao número de ordem, à data, e à espécie de lançamento a fazer no corpo do título, do documento ou do papel.

II. Os títulos, documentos e papéis escritos em língua estrangeira, uma vez adotados os caracteres comuns, poderão ser registrados no original, para o efeito da sua conservação ou perpetuidade. Para produzirem efeitos legais no País e para valerem contra terceiros, deverão, entretanto, ser vertidos em vernáculo e registrada a tradução, o que, também, se observará em relação às procurações lavradas em língua estrangeira.

III. O apontamento do título, documento ou papel no protocolo será feito, seguida e imediatamente um depois do outro. Sem prejuízo da numeração individual de cada documento, se a mesma pessoa apresentar simultaneamente diversos documentos de idêntica natureza, para lançamentos da mesma espécie, serão eles lançados no protocolo separadamente.

IV. O oficial deverá recusar registro a título e a documento que não se revistam das formalidades legais. Se tiver suspeita de falsificação, poderá o oficial sobrestar no registro, depois de protocolado o documento, até notificar o apresentante dessa circunstância; se este insistir, o registro será feito com essa nota, podendo o oficial, entretanto, submeter a dúvida ao Juiz competente, ou notificar o signatário para assistir ao registro, mencionando também as alegações pelo último aduzidas.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, II e IV.

23. No estado de Minas Gerais.

A) é proibido lavrar escritura pública em meio nato digital, mas não é proibido que o cartório de notas expeça traslado nato digital, assinado com certificado digital, de escritura pública lavrada em papel e assinada autograficamente.

B) é proibido lavrar escritura pública em meio nato digital, assim como é proibido que o cartório de notas expeça traslado em meio digital de escritura lavrada pela forma convencional (impressa em folha do livro e assinada autograficamente).

C) é permitido lavrar escritura pública em meio nato digital, devendo todas as partes assiná-la com uso de certificado digital padrão ICP – Brasil, podendo o cartório de notas lavrar o ato que tenha por objeto imóvel localizado em qualquer lugar do território nacional.

D) é permitido lavrar escritura pública em meio nato digital, devendo todas as partes assiná-la com uso de certificado digital padrão ICP – Brasil, com observância de critério territorial: o cartório de notas pode lavrar escritura apenas se envolver imóvel localizado em sua circunscrição, e independentemente do local em que se encontram as partes no momento da assinatura do ato.

24. A procuração lavrada em cartório de notas.

A) jamais poderá conter outorga de poderes para o representante celebrar negócio jurídico consigo, que seria negócio nulo.

B) dispensa a prova dos poderes outorgados ao representante, uma vez que lavrada em instrumento público, o que leva à presunção absoluta de conhecimento dos poderes.

C) tem por efeito que as declarações do representante, ainda que excedam os poderes outorgados, vincularão o representado, pois o terceiro terá sempre condições de extrair certidão da procuração pública.

D) poderá levar à anulação do negócio jurídico celebrado pelo representante, caso se prove que ele agiu em conflito de interesses com o outorgante, se tal fato era ou deveria ser do conhecimento de terceiro que com aquele contratou.

25. “Comparece a um cartório de notas do estado de Minas Gerais um portador de uma certidão expedida pela Receita Federal do Brasil. A certidão está impressa em papel tamanho A4, é colorida, legível, completa, não contém rasura e contém o endereço eletrônico da página na internet de que fora extraída. O comparecente requer que seja praticado ato notarial de autenticação daquela cópia.” Na hipótese,

A) o tabelião não poderá autenticar o documento, já que se trata de um original e não se autentica documento original.

B) o tabelião deverá acessar o documento eletrônico, pela internet, valendo-se do endereço contido na certidão apresentada, imprimi-lo e autenticar essa cópia que imprimir.

C) o tabelião deverá orientar o comparecente que lance rubrica sobre aquele documento impresso (que então se tornará um original), extraia uma cópia xerográfica desse original e, em seguida, promova autenticação dessa cópia.

D) o tabelião não poderá autenticar a cópia e deverá orientar ao comparecente que lhe resta, para o fim pretendido, requerer tão somente que seja praticado o ato de lavratura de ata notarial, pela qual o cartório de notas certificará a existência de documento em meio eletrônico com aquele conteúdo.

26. De acordo com a Lei n. 8.935, de 1994, o exercício da atividade Notarial e de Registro é:

A) acumulável com cargo público de provimento em comissão, mediante prévia autorização do Juiz Diretor do Foro.

B) compatível com a advocacia, desde que exercida em comarca diversa daquela para a qual recebeu a delegação.

C) incompatível com a advocacia, e com qualquer cargo, emprego ou função públicos.

D) compatível com o exercício de mandato eletivo.

27. A Lei Federal nº 8.935/94 NÃO dispõe expressamente que a delegação a notário ou a oficial de registro se extingue por

A) morte ou invalidez.

B) aposentadoria facultativa.

C) aposentadoria compulsória

D) renúncia ou perda da delegação, nos termos da lei.

28. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi o responsável por coordenar e regulamentar a aplicação da Convenção da Apostila da Haia no Brasil. O tratado assinado pelo Brasil tem o objetivo de agilizar e simplificar a legalização de documentos entre os 112 países signatários, permitindo o reconhecimento mútuo de documentos brasileiros no exterior e de documentos estrangeiros no Brasil. Tal tratado entrou em vigor em:

A) Agosto de 2014.

B) Agosto de 2015.

C) Agosto de 2016.

D) Agosto de 2017.

29. Apresentada a protesto nota promissória expedida na cidade de Las Vegas – Estados Unidos, com expressão monetária em dólar estadunidense, pagável em município do Brasil, em Minas Gerais, em domicílio do devedor brasileiro, na circunscrição do cartório de protestos,

A) o tabelião de protesto deve verificar se o título foi atingido pela prescrição ou pela decadência, qualificando, porém, apenas os aspectos formais do documento.

B) será possível o pagamento do título em cartório, no prazo legal, em moeda brasileira (Real) cabendo ao apresentante promover a conversão na data do pagamento.

C) será vedado o curso do título no tabelionato de protesto, porque presumidamente o negócio jurídico subjacente é dívida de jogo, vedado no sistema jurídico brasileiro.

D) será possível a lavratura do protesto, cabendo ao apresentante, entre outros procedimentos, expor a conversão para a moeda Real, na data de apresentação do título para protesto.

DIREITO CIVIL

30. “Manoel morreu, deixando seus bens a Ana Luiza, desde que esta, recebida a herança, construísse uma creche, no prazo de 2 (dois) anos. Caso não a construísse, perderia os bens para Alexandre.” Trata-se no caso de

A) condição resolutiva.

B) encargo.

C) condição suspensiva.

D) termo final.

31. Um testamento, sem cláusula expressa de substituição, cujos herdeiros venham a falecer antes do testador

A) perde a validade.

B) torna-se nulo.

C) torna-se anulável.

D) perde a eficácia.

32. Morrendo o credor, tornando-se o devedor seu único herdeiro, é correto afirmar que houve

- A) compensação.
- B) remissão.
- C) confusão.**
- D) novação.

33. Somente NÃO são incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer

- A) os pródigos.
- B) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- C) os maiores de 16 (dezesesseis) e menores de 18 (dezoito) anos.
- D) aqueles que, por causa apenas permanente, não puderem exprimir sua vontade.**

34. Segundo o Código Civil, são impedidos de casar, EXCETO:

- A) Os ascendentes com os descendentes, seja o parentesco natural ou civil.
- B) O adotado com o filho do adotante.
- C) O adotante com quem foi cônjuge do adotado e o adotado com quem o foi do adotante.
- D) Os colaterais em quarto grau.**

35. No regime de comunhão parcial de bens, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, EXCETO:

- A) Os bens adquiridos na constância do casamento por título oneroso, em nome de um dos cônjuges.
- B) Os bens adquiridos por fato eventual.
- C) Os bens adquiridos por doação, herança ou legado, em favor de apenas um dos cônjuges.**
- D) Os frutos dos bens particulares de cada cônjuge, percebidos na constância do casamento.

36. Nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- A) As relações na União estável e concubinato são eventuais.
- B) Apenas na União Estável é aplicável, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens.**
- C) Apenas no Concubinato é aplicável, no que couber, o regime de comunhão parcial de bens.
- D) União estável e concubinato são consideradas entidades familiares.

37. Ao idoso que esteja no domínio das suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que for reputado mais favorável. Porém, não estando o idoso em condições de proceder a opção, está será feita

- I. Pelo vizinho ou amigo próximo, caso o idoso não tenha familiares.
- II. Pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consultar o curador ou familiar.
- III. Pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contatado em tempo hábil.

Completa corretamente o enunciado:

- A) Somente a afirmação III.
- B) As afirmações I e III.
- C) As afirmações II e III.**
- D) Todas as afirmações

38. Conforme o Código Civil em vigência, é considerado como domicílio necessário do incapaz

- A) o lugar onde for encontrado.
- B) o lugar designado judicialmente.
- C) o domicílio do seu representante ou assistente.
- D) o lugar onde estabelece a sua residência com ânimo definitivo.

39. Assinale a alternativa correta.

- A) Admite-se a nomeação conjunta de tutor, para filhos menores, pelo casal, em cédula testamentária única.
- B) Um imóvel instituído convencionalmente como bem de família isenta o prédio da execução de qualquer dívida posterior ao ato da instituição do bem.
- C) A anulação do negócio jurídico poderá ser evitada se a parte favorecida oferecer suplemento suficiente à outra parte ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito obtido.
- D) Em relação ao contrato de locação de imóvel não residencial, dissolvida a sociedade locatária por morte de um dos sócios, não há previsão legal

40. Assinale a alternativa em que todos os caracteres jurídicos estão presentes no contrato de fiança.

- A) Típico, gratuito, unilateral, aleatório.
- B) Atípico, oneroso, bilateral, comutativo.
- C) Nominado, oneroso, bilateral, aleatório.
- D) Inominado, gratuito, unilateral, comutativo.

41. Assinale a afirmativa correta.

- A) A utilização do solo e do espaço aéreo é ilimitada pelo proprietário.
- B) Adquire-se a propriedade móvel com o título translativo respectivo.
- C) O usufruto é transmissível causa mortis e isenta de tributação a transmissão.
- D) Na hipoteca, garante a obrigação principal tudo que possa ser extraível da coisa hipotecada, como valor econômico.

42. Determinada construtora resolve incorporar, permitindo-lhe, assim, vender imóveis na planta, ou seja, alienar futura unidade autônoma. Contudo, não possuindo a totalidade dos recursos financeiros para tocar as obras, buscou linha de crédito junto a certa instituição financeira. No entanto, para liberação do empréstimo, a instituição financeira exigiu do incorporador algumas garantias para concessão do crédito. Quanto às possíveis garantias exigidas pela instituição financeira, uma não satisfaz o incorporador, haja vista que inviabilizaria por total as vendas de fração ideal vinculada à futura unidade autônoma até a liquidação total da dívida. A garantia que não permite ao construtor alienar os imóveis antes da liquidação da dívida é

- A) fiança dos sócios.
- B) alienação fiduciária em garantia do terreno e das benfeitorias realizadas.
- C) hipoteca do terreno e das benfeitorias realizadas.
- D) penhor dos recebíveis de créditos futuros.

43. Nos termos do Código Civil, relativamente ao condomínio, NÃO constituem direitos do condômino:

- A) Usar, fruir e livremente dispor das suas unidades.
- B) Usar das partes comuns, conforme a sua destinação, e contanto que não exclua a utilização dos demais compossuidores.
- C) Votar nas deliberações da assembleia e delas participar, estando quite.
- D) Contribuir para as despesas do condomínio na proporção das suas frações ideais, salvo disposição em contrário na convenção.

44. Apesar da Lei de Locação, continuam os seguintes tipos de locações sendo regidos pelo Código Civil, EXCETO:

- A) Imóveis de propriedade da União.
- B) Imóveis de propriedade do Estado-membro.
- C) Imóveis de propriedade das fundações privadas.
- D) Vagas autônomas de garagem.

45. Considera-se possuidor de boa-fé

- A) o que se mantiver na posse a qualquer título.
- B) apenas aquele que ostenta título de domínio.
- C) aquele que ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa.
- D) todo aquele que a obteve sem violência ou que não a exerce de modo clandestino.

46. Acerca da posse, nos termos do Código Civil, é correto afirmar:

- A) O possuidor de má-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.
- B) Ao possuidor de má-fé não serão ressarcidas as benfeitorias necessárias; mas lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, e pode levantar as voluptuárias.
- C) As benfeitorias não se compensam com os danos, e só obrigam ao ressarcimento se ao tempo da evicção ainda existirem.
- D) O reivindicante, obrigado a indenizar as benfeitorias ao possuidor de má-fé, tem o direito de optar entre o seu valor atual e o seu custo; ao possuidor de boa-fé indenizará pelo valor da data da turbação ou esbulho.

47. A propriedade dos automóveis só se adquire após

- A) a transferência do registro de propriedade perante o DETRAN.
- B) o pagamento do preço.
- C) a tradição.
- D) o registro do contrato de compra e venda no Cartório de títulos e documentos.

48. Assinale a afirmativa correta.

- A) Os bens imóveis são adquiridos apenas pela alienação.
- B) São bens imóveis, para os efeitos legais, as apólices da dívida pública oneradas com a cláusula de inalienabilidade.
- C) Os materiais destinados a alguma construção, mesmo que nela já empregados, conservam a sua qualidade de móveis.
- D) As construções provisórias, que se destinam a remoção ou retirada, a exemplo das barracas de feiras, parques de diversões são bens imóveis por acessão artificial ou industrial.

49. Em relação aos contratos que regulam as relações de consumo, é correto afirmar, EXCETO:

- A) As cláusulas contratuais serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor
- B) As declarações de vontade constantes de escritos particulares, recibos e pré-contratos relativos às relações de consumo vinculam o fornecedor.
- C) A garantia legal é complementar à contratual e será conferida mediante termo escrito.
- D) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 7 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

PROCESSO CIVIL

50. Sobre os procedimentos especiais, assinale a única afirmativa correta:

- A) O CPC/2015 manteve no Título III do Livro I da Parte Especial as ações de exigir e prestar contas.
- B) A restauração de autos é um procedimento de jurisdição voluntária.
- C) O procedimento comum aplica-se subsidiariamente aos procedimentos especiais.**
- D) O CPC/2015 extinguiu a divisão entre procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.

51. São formas de intervenção de terceiros previstas no Código de Processo Civil/2015, EXCETO:

- A) Assistência.
- B) Nomeação à autoria.**
- C) Chamamento ao processo.
- D) Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

52. A adjudicação é uma forma indireta de satisfação do crédito do exequente, que se realiza pela transferência do bem penhorado para o credor. A esse respeito, analise as afirmações que seguem:

- I. Requerida a adjudicação, o executado será intimado para manifestar-se.
 - II. É lícito a terceiros, oferecendo preço não inferior ao valor da avaliação, requerer que lhe sejam adjudicados os bens penhorados.
 - III. Se houver mais de um pretendente à adjudicação, proceder-se-á a licitação entre eles.
 - IV. Considera-se perfeita e acabada a adjudicação com a lavratura e assinatura do auto pelo juiz, pelo adjudicatário, pelo escrivão e, se estiver presente, pelo executado. Está correto o que se afirma em:
- A) I, II e III, apenas.
 - B) I, III e IV, apenas.**
 - C) II, III e IV, apenas.
 - D) I, II, III e IV.

53. O CPC/2015 dedicou o Capítulo IX, do Título I do Livro III (Dos processos nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais) da Parte Especial para tratar da Reclamação. Acerca da Reclamação, todas as afirmações seguintes são verdadeiras, EXCETO:

- A) É admissível a reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.**
- B) Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público.
- C) A reclamação poderá ser proposta perante qualquer tribunal, e não somente perante os tribunais superiores.
- D) Se não houver formulado a reclamação, o Ministério Público atuará como custos legis.

54. Sobre as provas no processo civil, marque a alternativa correta:

- A) As provas são elementos contundentes e indispensáveis à formação da cognição do magistrado que deverá se ater aos elementos objetivos e subjetivos para a formação da persuasão racional.**
- B) O princípio da persuasão racional é constituído dos elementos de fatos alegados pelas partes na sensibilização do magistrado.
- C) O sistema positivo das provas vincula-se ao provimento jurisdicional através da persuasão racional.
- D) A convicção pessoal do magistrado deverá ser a condicionante da decisão em virtude do princípio do juízo natural e a imparcialidade do juízo.

55. Quando em recurso especial ou extraordinário houver diversidade de entendimento pertinente à mesma matéria entre as turmas julgadoras, poderá o interessado interpor:

- A) Embargos de Divergência.
- B) Agravo Interno.
- C) Embargos de Declaração.
- D) Agravo de Instrumento.

56. Sobre o instituto da liquidação de sentença, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O ilíquido não prejudica o líquido, podendo se promover simultaneamente a execução desta e a liquidação daquela.
- B) Emitida sentença ilíquida, que deveria ser líquida, há omissão da decisão, cumprindo aclará-lo mediante a oposição de impugnação ao cumprimento da sentença.
- C) Na liquidação pelo procedimento comum, como há necessidade de demonstrar fato novo, pode-se chegar a uma decisão declarativa negativa, tendo-se a situação de liquidação frustrada.
- D) A extinta nomenclatura de liquidação por artigos era adotada por fazer referência ao fato de que a petição inicial era elaborada na forma de artigos, isto é, com itens numerados por assunto que seriam comprovados durante a instrução.

57. Sobre a função nomofilática dos tribunais adotada pelo novo Código de Processo Civil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Extirpa com a ideia de que o convencimento judicial é absolutamente livre.
- B) Tem como pressuposto lógico e inafastável a força expansiva ultra partes das decisões dos Tribunais.
- C) A opção legislativa processual está diretamente relacionada ao princípio da isonomia de tratamento judicial.
- D) Estabelece como premissa não ser a lei vocacionada a ter um só entendimento, dentro de uma mesma situação histórica, de sorte que a diversidade de entendimentos proposta pela função nomofilática propicia uma resposta judiciária igualitária, tempestiva e de boa qualidade para todos.

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

58. “Tício entrou no ônibus, apontou um revólver para o passageiro Caio e disse: ‘Passe o dinheiro’. Caio, de imediato, entregou uma nota de 2 (dois) reais a Tício. Em seguida, Tício desceu do ônibus, entrou em um bar e bebeu uma pinga. Pagou a cachaça com a nota de 2 (dois) reais e, em seguida, foi preso pela polícia.” A conduta de Tício configura crime

- A) impossível.
- B) de extorsão.
- C) de roubo.
- D) de furto.

59. Aplica-se ao processo penal o procedimento comum sumário quando

- A) o crime tem sanção máxima cominada inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- B) o crime é doloso contra a vida.
- C) a infração penal for de menor potencial ofensivo.
- D) o crime tem sanção máxima cominada igual ou superior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.

60. São crimes contra as relações de consumo previstas na Lei nº 8.078/1990, EXCETO:

- A) Deixar de comunicar à autoridade competente e aos consumidores a nocividade de produtos cujo conhecimento seja posterior à sua colocação no mercado.
- B) Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.
- C) Empregar, na reparação de produtos, componentes de reposição usados, com autorização do consumidor.
- D) Fazer publicidade que sabe ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial a sua segurança.

61. Segundo a Lei nº 8.069/1990, o prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de apuração de ato infracional atribuído a adolescente, estando este internado provisoriamente, será de

- A) 122 (cento e vinte e dois dias).
- B) 90 (noventa dias).
- C) 61 (sessenta e um dias).
- D) 45 (quarenta e cinco dias).

62. Senhor X está preso e denunciado por crime do art. 157, caput, do Código Penal (roubo simples), cometido em 20/12/2016. Considerando-se que Senhor X possui outras três condenações por crimes praticados anteriormente (Sentença 01, proferida em 07/05/2015 e trânsito em julgado em 21/05/2015, enquanto a Sentença 02, proferida em 22/12/2016, ainda não transitada em julgado, e na terceira condenação, Sentença 03, proferida em 20/06/2016, não transitada em julgado), na data da sentença, em 01/03/2017, será considerado para fins de aplicação da pena, nos termos do art. 61, I do Código Penal.

- A) sem antecedentes.
- B) reincidente.
- C) sem antecedentes e reincidente.
- D) com maus antecedentes e reincidente.

63. “O titular do cartório de Registro de Imóveis de certa localidade mantinha em seu local de trabalho, mais especificamente escondido entre documentos e livros antigos do acervo do estabelecimento extrajudicial, um revólver calibre 22, municiado com apenas um cartucho, com a intenção de se defender, caso surgisse algum cidadão agressivo, por insatisfação com a qualidade do atendimento no cartório. Até porque no cartório só trabalhavam o titular, Oficial Substituto (que coincidentemente era o seu próprio pai) e uma faxineira. A arma de fogo, herdada de seu avô, era antiga, mas o titular do cartório periodicamente realizava sua manutenção (limpeza e lubrificação de seus mecanismos). O titular do cartório nunca retirava a arma do interior do estabelecimento, mas nunca se preocupou, também, em registrá-la, porque não tinha autorização para portar arma de fogo e acreditava que, por isso, não conseguiria mesmo registrá-la.” Quanto à conduta do titular do cartório, é correto afirmar que constitui.

- A) um indiferente penal, porque se trata de legítima defesa preordenada.
- B) crime de porte ilegal de arma de fogo, porque se trata de arma de uso proibido.
- C) crime de posse irregular de arma de fogo de uso permitido, sendo irrelevante, no caso, a ausência de autorização para o porte de arma de fogo.
- D) crime de omissão de cautela na guarda de arma de fogo; porque a arma está custodiada em local acessível a outras pessoas, diversas do responsável legal do estabelecimento

64. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) prevê como crime:

“Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, e multa.

Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena – reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência.”

Se, no curso de investigação desse crime, o Ministério Público requisitar do titular do cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais dados e informações cadastrais de vítimas, mediante a expedição de certidão de inteiro teor do que consta nos respectivos livros do cartório extrajudicial, com o objetivo de comprovar possível fraude documental relacionada à sua prática, o destinatário da requisição deve

A) responder negativamente à requisição, haja vista tratar-se de dados protegidos pela inviolabilidade constitucional à intimidade das pessoas.

B) atender à ordem do Ministério Público no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, observando disposição expressa do Código de Processo Penal.

C) submeter a requisição à apreciação judicial no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, cumprindo disposição expressa da Lei dos Registros Públicos.

D) submeter a requisição à apreciação do Delegado de Polícia, a quem compete o controle externo dos atos do Ministério Público, quando se tratar de investigações criminais.

65. Quanto aos princípios constitucionais explícitos do processo penal, é INCORRETO afirmar:

A) Nas infrações que deixam vestígios, a confissão não supre a ausência de exame de corpo de delito, já que a pessoa não é obrigada a se autoacusar.

B) Em atendimento ao princípio da igualdade das partes, a revisão criminal pode ser ajuizada tanto pelo Ministério Público quanto pelo réu.

C) A letra e firma dos documentos particulares serão submetidos a exame pericial, quando contestada a sua autenticidade.

D) Segundo o princípio da economia processual, quando houver nulidade, por incompetência do juízo, somente os atos decisórios serão refeitos, mantendo-se os instrutórios.

66. A respeito do exame de insanidade mental do acusado é INCORRETO afirmar:

A) Ao determinar o exame, o juiz nomeará curador ao acusado.

B) Determinado o exame, ficará suspenso o curso do prazo prescricional.

C) Poderá durar mais de 45 (quarenta e cinco) dias, se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

D) Será processado em auto apartado e, após a apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.

67. Acerca dos crimes contra a honra, NÃO é correto afirmar:

A) Aumenta-se a pena em 1/3 dos crimes contra a honra (calúnia, injúria e difamação) quando é praticado contra pessoa maior de 60 anos ou portadora de deficiência.

B) A ação é pública condicionada quando o crime contra a honra é praticado contra funcionário público, em razão de suas funções.

C) Aplica-se a pena em dobro se o crime contra a honra é cometido mediante paga ou promessa de recompensa.

D) A queixa-crime por crime de calúnia pode ser oferecida por cônjuge, ascendente, descendente ou irmão do falecido ofendido.

DIREITO TRIBUTÁRIO

68. Relativamente aos empréstimos compulsórios, é certo dizer:

- A) São de competência da União e do Distrito Federal.
- B) São instituídos, via de regra, por lei complementar.
- C) A guerra externa ou sua iminência, a calamidade pública ou ainda o investimento público de carácter urgente e de relevante interesse nacional constituem fato gerador do empréstimo compulsório.
- D) A aplicação dos recursos arrecadados é vinculada às despesas que fundamentaram sua instituição.

69. À luz do sistema das normas tributárias, indique a assertiva verdadeira:

- A) O texto constitucional estabelece princípios e regras que garantem aos contribuintes proteções mínimas e, ao definir a competência tributária dos entes políticos integrantes da federação, institui os tributos.
- B) A lei complementar da União, no que tange ao sistema tributário, regula temas iniciados na Constituição Federal, tratando de matéria afeta a todos os entes tributantes, com eficácia no âmbito federal.
- C) A função que sintetiza o papel das leis ordinárias federal, estadual, distrital ou municipal, no Direito Tributário, é a instituição dos tributos.
- D) Compete à lei ordinária dispor sobre a incidência de ITCD, quando o doador tiver domicílio ou residência no exterior.

70. A propósito do crédito tributário, indique a alternativa correta:

- A) Extinguem o crédito tributário o pagamento, a compensação, a conversão do depósito em renda, o parcelamento, a transação e a remissão.
- B) A moratória concedida em carácter individual gera direito adquirido e, caso o beneficiado deixe de satisfazer os requisitos para a concessão, não serão cobrados juros de mora.
- C) A lei concessiva da moratória pode circunscrever sua aplicabilidade a determinada região do território, ou determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- D) Suspende a exigibilidade do crédito tributário o depósito do montante que o sujeito passivo considere devido, desde que acrescido dos juros de mora e eventuais multas.

71. Em relação às taxas, assinale a alternativa correta.

- A) A taxa pode ser instituída em razão de prestação de serviço indivisível, potencial e de existência futura.
- B) Os emolumentos devidos em contrapartida aos serviços notariais e registrais têm natureza jurídica de taxa.
- C) Os serviços que se apresentem constitucionalmente como deveres do Estado e direito de todos dão ensejo à instituição de taxas.
- D) Para a criação da taxa relativa ao poder de polícia é necessária uma atividade privada ou pública dirigida à coletividade que será custeada pelo tributo.

72. Sobre os tributos, assinale a afirmativa correta.

- A) Um ato ilícito pode estar descrito na hipótese de incidência de um imposto ou contribuição.
- B) O sujeito passivo da obrigação tributária é a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- C) O fato de a pessoa jurídica gozar de imunidade tributária não afasta a necessidade de cumprimento por ela das obrigações acessórias definidas por lei.
- D) Cabe a restituição do tributo pago indevidamente, quando reconhecido por decisão, que o contribuinte de fato (de facto) não recuperou do contribuinte de direito (de jure) o quantum respectivo.

73. Em relação aos impostos em espécie, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Imposto de Transmissão Causa Mortis é devido pela alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- B) O legislador tributário municipal pode eleger o sujeito passivo do IPTU, contemplando as situações previstas no Código Tributário Nacional.
- C) Na determinação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, IPTU, se considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel.**
- D) Não incide IPTU, mas Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial.

74. O art. 174, § único, do Código Tributário Nacional, enumera como causa interruptiva do prazo prescricional, EXCETO:

- A) Inscrição do crédito tributário em dívida ativa.**
- B) Qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
- C) Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.
- D) Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do débito pelo devedor.

75. A partir da classificação doutrinária da competência tributária, é correto afirmar:

- A) A competência privativa refere-se, basicamente, ao poder de instituir os tributos discriminados no texto constitucional, sendo privativa justamente porque a Constituição discrimina, em favor de cada entidade tributante, os principais impostos de sua competência.
- B) A competência concorrente é aquela com base na qual determinado ente político pode instituir certo imposto que, a princípio, seria da incumbência de outra esfera de governo, sendo assim, determinada entidade tributante acumula, por força da Constituição Federal, uma competência que ordinariamente não seria sua.
- C) A competência residual é o poder de a União inovar e instituir imposto novo e contribuição para a seguridade social nova, desde que por meio de lei complementar.**
- D) A competência extraordinária consiste no poder de a União e os Estados instituírem empréstimo compulsório no caso de guerra externa ou sua iminência.

76. Sobre a interpretação e integração da legislação tributária, assinale a afirmativa correta:

- A) Interpreta-se analogicamente a legislação tributária que disponha sobre a suspensão ou exclusão do crédito tributário, a outorga de isenção e a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- B) Relativamente às normas tributárias que definem infrações e penalidades não se aplica o princípio da retroatividade benigna.
- C) Na integração da legislação tributária, a autoridade competente pode eleger, dentre as modalidades de integração, aquela que se mostre mais adequada para a solução dos casos concretos para os quais não haja disposição reguladora expressa.
- D) A lei tributária pode alterar determinado conceito oriundo do direito privado, dando-lhe certa peculiaridade, restringindo-lhe ou ampliando-lhe o alcance, desde que não tenha sido adotado pela Constituição Federal para delimitar a competência tributária.**

DIREITO EMPRESARIAL

77. Para a constituição de uma associação são necessários, por regra, o mínimo de quantos associados e em quais condições?

- A) 1 associado, obrigatoriamente pessoa física.
- B) 2 associados, com direitos iguais, embora o estatuto possa instituir categorias de associados com vantagens especiais.**
- C) 1 associado, podendo ser pessoa física ou jurídica.
- D) 2 associados, com direitos iguais, sendo vedado ao estatuto instituir qualquer forma de vantagem especial para categorias de associados

78. Aplica-se a lei de falência a:

- A) Instituições financeiras.
- B) Sociedades operadoras de planos de saúde.
- C) Sociedades seguradoras.
- D) Empresário Individual de Responsabilidade Limitada.**

79. Os cônjuges podem contratar entre si sociedade,

- A) independentemente do regime de casamento adotado.
- B) desde que não tenham casado no regime de separação de bens, seja este obrigatório ou voluntário.
- C) em nenhum caso, independentemente do regime de casamento adotado.
- D) desde que não tenham casado no regime de comunhão universal de bens ou no de separação obrigatória.**

80. Segundo o Código Civil, considera-se Empresário,

- A) quem exerce profissionalmente atividade com fins lucrativos, independentemente da atividade.
- B) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.**
- C) quem seja sócio controlador de Sociedades Anônimas.
- D) quem exerce, ainda que não profissionalmente, atividade com fins lucrativos, organizada, para a execução de serviços, produção de produtos industrializados ou participando da cadeia de circulação destes produtos.

81. A respeito do nome empresarial, assinale a alternativa correta:

- A) O empresário individual, a sociedade em nome coletivo e a comandita simples podem adotar em seu nome, a firma ou a denominação.
- B) A sociedade comandita por ações somente poderá adotar em seu nome a denominação.
- C) A sociedade empresária de qualquer tipo que tenha ingressado em juízo com a medida de recuperação judicial deve acrescer ao seu nome, em todos os atos, contratos e documentos, a expressão “em Recuperação Judicial”.**
- D) A empresa individual de responsabilidade limitada adotará em seu nome apenas a firma.

82. “João e Maria criaram a empresa de prestação de serviços ‘A Bruxa Doce’, porém não levaram os atos constitutivos a registro no prazo previsto em lei.” Diante dessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- A) Passado o prazo de 30 (trinta) dias, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.**
- B) Passado o prazo de 90 (noventa) dias, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.
- C) Passado o prazo de 60 (sessenta) dias, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.

D) Passado o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o registro somente produzirá efeito a partir da data de sua concessão.

83. Segundo a Lei nº 11.101/2005, extinguem-se as obrigações do falido, EXCETO:

A) O pagamento de todos os créditos.

B) O pagamento, depois de realizado todo o ativo, de mais de 60% (sessenta por cento) dos créditos quirografários.

C) O decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contado do encerramento da falência, se o falido não tiver sido condenado pela prática de crime falimentar.

D) O decurso do prazo de 10 (dez) anos, contado do encerramento da falência, se o falido tiver sido condenado por crime falimentar.

84. São pessoas jurídicas de direito privado:

A) As associações; as sociedades; as fundações; as agências reguladoras; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.

B) As associações; as sociedades; as autarquias; as organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.

C) As associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os partidos políticos; as empresas individuais de responsabilidade limitada.

D) As associações; as sociedades; as fundações; as organizações religiosas; os estados estrangeiros; as empresas individuais de responsabilidade limitada.

DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

85. A presunção de legitimidade é uma das características do ato administrativo e produz como efeitos

A) a presunção absoluta de validade e inversão ônus da prova.

B) a presunção relativa de validade e discricionariedade.

C) a autoexecutoriedade e inversão do ônus da prova.

D) a autoexecutoriedade e presunção absoluta de validade.

86. Em caso de extinção de cargo público , assinale a alternativa correta

A) O servidor estável deve ser aproveitado, de forma adequada, em outro cargo.

B) O servidor estável deve ser reintegrado, de forma adequada, em outro cargo.

C) Deve haver reversão do cargo do servidor estável.

D) O servidor estável deve ser reconduzido, de forma adequada, a outro cargo.

87. Em relação ao Controle de Constitucionalidade, é correto afirmar:

A) Somente podem propor ação direta de inconstitucionalidade o Presidente da República, o Vice- Presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa Distrital, o Governador de Estado ou do Distrito Federal, Procurador-Geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, partido político com representação no Congresso Nacional e confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

B) O controle concentrado de constitucionalidade é privativo do Supremo Tribunal Federal.

C) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União que defenderá o ato ou texto impugnado.

D) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em sessenta dias.

88. A respeito da ação popular, é INCORRETO afirmar:

- A) A sentença de procedência do pedido tem efeito erga omnes.
- B) São requisitos da ação popular a ilegalidade do ato e a lesividade ao patrimônio público, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e pessoas jurídicas subvencionadas com dinheiro público.
- C) Outro cidadão, diferente do autor popular, é parte ilegítima para promover a execução popular.
- D) É cabível para buscar a anulação de concessão irregular de licença de importação e exportação.

89. Assinale a alternativa correta:

- A) Compete, privativamente, à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- C) O Presidente da República não ficará suspenso de suas funções nas hipóteses de infrações penais comuns, ainda que recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.
- D) A competência correicional e disciplinar do Conselho Nacional de Justiça é residual à dos Tribunais.

90. Em relação às normas que regem os contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado, pois constitui prerrogativa conferida à Administração pelo respectivo regime jurídico.
- B) É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.
- C) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- D) É cláusula necessária em todo contrato administrativo as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas.

91. Quanto às licitações em geral, é INCORRETO afirmar:

- A) A licitação não será sigilosa, sendo todos os atos de seu procedimento acessíveis ao público, inclusive o conteúdo das propostas antes da respectiva abertura.
- B) Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência aos bens e serviços produzidos no País.
- C) O procedimento licitatório caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.
- D) Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as concorrências de âmbito internacional.

92. Quanto aos contratos administrativos, é INCORRETO afirmar:

- A) Os contratos administrativos regulam-se pelas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- B) É cláusula necessária em todo contrato a vinculação ao edital de licitação.
- C) A critério da autoridade competente, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- D) A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial é condição indispensável para sua eficácia.

93. Quanto aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana assegurados na Constituição da República brasileira, é INCORRETO afirmar:

- A) É livre o exercício de qualquer profissão, desde que atendidas as exigências profissionais que a lei estabelece.
- B) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, mas permite ao acusado a arguição de atipicidade da conduta.
- C) A inviolabilidade do domicílio, em face de necessidade de localização do acusado, pode ser afastada pelo juiz.
- D) O brasileiro nato não será extraditado, em hipótese alguma, nem mesmo em caso de convenção ou tratado internacionais.

94. No Brasil, a organização da seguridade social terá por objetivo

- A) uniformidade de benefícios entre populações rurais e urbanas.
- B) atualidade do valor dos benefícios.
- C) equidade da base de financiamento.
- D) diversidade na forma de participação de custeio.

95. Com relação aos princípios que regem a Administração Pública, assinale a opção INCORRETA.

- A) O princípio da eficiência administrativa revela-se quando a atividade estatal obedece à racionalização econômica.
- B) Em face do princípio da razoabilidade, admite-se o controle da discricionariedade administrativa pela via judicial.
- C) Não fere o princípio da publicidade, o ato processual praticado sob sigilo em preservação da segurança da sociedade, ou indispensável à defesa da intimidade.
- D) O princípio da segurança jurídica apresenta-se como espécie de limitação ao princípio da legalidade, autorizando, assim, o prazo decadencial de cinco anos para convalidação de todos os atos administrativos que favoreçam o administrado, mesmo quando apresentem vício de legalidade e comprovada má-fé.

96. No que se refere às agências reguladoras, é correto afirmar:

- A) O regime jurídico dos servidores das agências reguladoras é o celetista.
- B) Aos Estados e Municípios é vedada a criação de suas próprias agências reguladoras.
- C) A criação das agências reguladoras pode se dar mediante decreto do Presidente da República.
- D) Os dirigentes das agências reguladoras são nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandato com prazo certo.

97. Ao Corregedor Nacional de Justiça, dentre outras atribuições, compete

- A) receber as reclamações e denúncias de qualquer interessado, relativas aos órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados.
- B) instaurar sindicância ou processo disciplinar com base em reclamações e denúncias de qualquer interessado, ainda que anônimas ou prescritas.
- C) requisitar servidores do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal, para tarefa especial e prazo certo, para exercício na Corregedoria Nacional de Justiça, podendo delegar-lhes atribuições nos limites legais.
- D) exercer a presidência do Conselho Nacional de Justiça nas ausências e impedimentos de seu Presidente.

98. Com relação à improbidade administrativa, assinale a alternativa correta:

- A) A conduta caracterizadora de improbidade administrativa pode ensejar, entre outras consequências, a cassação dos direitos políticos do servidor reconhecido como

responsável pela prática do ato viciado.

B) Ajuizada a ação de improbidade, a autoridade administrativa competente determinará a suspensão do agente público do exercício do cargo, emprego ou função, por prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, assegurada a remuneração proporcional ao tempo de serviço, nunca inferior a 30% de seus vencimentos líquidos.

C) O empregado de uma sociedade de economia mista que vier a se apropriar de bens integrantes do patrimônio dela poderá responder na esfera criminal por seu ato e também estará sujeito à ação por improbidade administrativa.

D) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Por isso, sobrevivendo a morte de agente condenado por improbidade administrativa, seus sucessores e a herança deixada não podem ser atingidos pelas cominações da Lei de Improbidade Administrativa.

99. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa correta.

A) É absolutamente livre a manifestação do pensamento, não sendo vedado o anonimato.

B) Não é reconhecido aos transgêneros o direito à substituição de prenome e sexo diretamente no registro civil.

C) A garantia do voto secreto, entendida como elemento fundamental do sistema democrático, não pode ser suprimida por meio de emenda.

D) A Constituição não excepciona do dever geral de informar a hipótese de informações imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, sendo inadmitido o sigilo.

100. Sobre o instituto das parcerias público-privadas, assinale a afirmativa correta.

A) A constituição de sociedade de propósitos específicos é de caráter obrigatório, ressalvada a hipótese em que a Administração Pública seja titular da maioria do capital votante destas sociedades.

B) A previsão de contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado é a diferenciação entre a concessão administrativa e a concessão patrocinada, ambas previstas como formas de parcerias público-privadas.

C) A garantia do equilíbrio econômico-financeiro não é prevista expressamente na lei que rege o instituto; contudo é de ser admitida, na medida em que dentre as cláusulas que devem ser incluídas no contrato de parceria, estão aquelas relativas à repartição de riscos entre as partes e à forma de remuneração e de atualização dos valores contratuais.

D) A parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão que tem por objetivo a execução de serviço público, precedida ou não de obra pública, remunerada mediante taxa paga pelo usuário e contraprestação pecuniária do parceiro público, ou a prestação de serviço de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, com ou sem execução de obra e fornecimento e instalação de bens, mediante contratação do parceiro público.